



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

BALANÇO DE AÇÕES

JUNHO – DEZEMBRO DE 2016

Dezembro de 2016

Apresentação

Consagrado na Constituição de Federal de 1988 e nos tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro, o primado do respeito aos Direitos Humanos norteia a atuação da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania – SEDH. Em sua missão de formular, implementar e articular políticas públicas para a defesa e promoção dos direitos humanos, a SEDH busca assegurar a transversalidade, a universalidade e interdependência desses direitos, tendo o valor da dignidade humana como premissa fundamental.

Efetivando a compreensão dos direitos humanos como política de Estado, a SEDH tem trabalhado com vistas a consolidar as conquistas e aprofundar os avanços referentes às políticas públicas de promoção e defesa dos Direitos Humanos no Brasil. Nesse sentido, entre as diversas realizações da SEDH no período de junho a dezembro de 2016, alcançadas inclusive em parcerias com outras instituições, merecem destaque:

➤ **22ª Edição do Prêmio Direitos Humanos**

Maior honraria concedida pelo governo brasileiro pela atuação em prol dos Direitos Humanos em diversas frentes, a entrega do Prêmio Direitos Humanos foi promovida pela SEDH, em sua 22ª edição, no dia 15 de dezembro de 2016. O Prêmio é um elemento fundamental pela sua capacidade de colaborar para a construção e disseminação de valores para uma cultura de paz na sociedade.

Nesta 22ª Edição, os premiados em cada categoria do Prêmio Direitos Humanos foram:

CATEGORIA	NOME	UF
Educação em Direitos Humanos	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP	DF
Comunicação e Direitos Humanos	Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará	CE
Garantia dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT	Ernane Queiroz Moreira	DF
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	Central Única das Favelas/CUFA - Sergipe	SE
Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa	Maria Leitão Bessa	AC
Inclusão da Pessoa com Deficiência	Katia Ferraz Ferreira	MG
Igualdade Racial	Sonia Aparecida Dos Santos	SP
Autonomia das Mulheres	Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia - SPM/BA	BA
Garantia dos Direitos da População Indígena, Quilombolas e dos Povos e Comunidades Tradicionais	Instituto Raoni	MT

Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua	Leonildo José Monteiro Filho	PR
Promoção e Respeito à Diversidade Religiosa	Márcio Vagner Dornelles Garcia	RS
Acesso à Documentação Civil Básica	Secretaria Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho de Goiás	GO
Defensores de Direitos Humanos - "Dorothy Stang"	Maria Antônia dos Santos	MA
Prevenção e Combate à Tortura	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará - CEDECA/CE	CE
Combate e Erradicação ao Trabalho Escravo	Marinaldo Soares Santos	MA
Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência	Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	RS
Empresas e Direitos Humanos	Rede Brasil do Pacto Global	SP
Selo Nacional de Acessibilidade	Gol Linhas Aéreas	SP
Menção Honrosa	Comissão Nacional da Verdade	DF

➤ **Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos**

Lançado no dia 24 de novembro de 2016, o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos tem o propósito de impulsionar a Educação em Direitos Humanos no Ensino Superior no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão, da gestão e da convivência universitária e comunitária. Nesse intuito, serão promovidas ações voltadas à sensibilização dos corpos docentes, funcionários e colaboradores; à criação de canais institucionais para o recebimento e apuração de denúncias; à inclusão da Educação em Direitos Humanos nos currículos das universidades de maneira transversal e interdisciplinar; à implementação de medidas que valorizem melhores práticas; e ao estabelecimento de mecanismos institucionais, dentro de cada universidade, para coordenar, fomentar e monitorar as medidas adotadas.

O Pacto Nacional Universitário adotou o formato de acordo de cooperação, assinado pelo Ministério da Justiça e Cidadania – MJC e do Ministério da Educação - MEC, bem como pela SEDH. A cerimônia de lançamento contou com as presenças dos Ministros da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, e da Educação, Mendonça Filho, da Secretária Especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, da Secretária da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC, Ivana de Siqueira, do embaixador da União Europeia no Brasil, João Gomes Cravinho, dos representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Maristela Baioni, do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, do Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, Jaime Nadal, e funcionários do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura - UNESCO, da Natura, do Instituto Patrícia Galvão e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

Já aderiram ao Pacto Nacional Universitário, até o momento, as seguintes instituições:

- Fundo de População das Nações Unidas;
- Organização de Estados Ibero-americanos;
- Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais;
- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras;
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;
- Associação Nacional das Universidades Particulares;
- Associação Nacional dos Centros Universitários;
- Associação Brasileira das Universidades Comunitárias;
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior;
- Comitê Brasileiro das Organizações Representativas de Pessoas com Deficiência;
- Federação Nacional das Associações Pestalozzi;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- Universidade Estadual de Goiás;
- Universidade Cidade de São Paulo;
- Universidade de Santo Amaro;
- Faculdade de Tecnologia Jardim; e
- Grupo Dignidade.

➤ **I Concurso Nacional de Pronunciamentos Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos**

Iniciativa conjunta entre a SEDH e o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o I Concurso Nacional de Pronunciamentos Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos visa ao fortalecimento da cultura de Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário, premiando juízes e cortes que tenham proferido sentenças e acórdãos emblemáticos no sentido da efetividade da proteção e da promoção dos Direitos Humanos. Dessa maneira, a criação do prêmio busca servir como estímulo à reflexão e debate, no meio judicial, em torno da temática dos Direitos Humanos.

O lançamento do edital aconteceu no dia 25 de novembro de 2016, no auditório do CNJ, e contou com a presença da Presidente do Conselho e do Supremo Tribunal Federal - STF, Ministra Cármen Lúcia, do Ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, e da Secretária Especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan.

A primeira edição do Concurso previu a premiação em catorze categorias, referentes à garantia de direitos de crianças e adolescentes, pessoa idosa, mulheres, população negra, povos e comunidades tradicionais, população LGBT, população em privação de liberdade, população em situação de rua, pessoa com deficiência e com transtornos e

altas habilidades/superdotação, imigrantes e refugiados, enfrentamento e combate ao tráfico de pessoas, respeito à diversidade religiosa, prevenção e combate à tortura, e combate e erradicação ao trabalho escravo.

➤ **Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo**

Mais uma iniciativa conjunta da SEDH e do CNJ, o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo tem o objetivo de reunir esforços entre as unidades federativas para combater essa modalidade de violação dos direitos humanos. Proposto pela SEDH durante reunião com gestores estaduais de Direitos Humanos, realizada em Brasília em setembro de 2016, esse Pacto visa à criação e ao apoio às Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo, à formulação do Plano de Erradicação ao Trabalho Escravo, à manutenção do conceito de trabalho escravo vigente e à garantia de apoio logístico às operações conduzidas pelo Ministério do Trabalho nesta temática.

A cerimônia de lançamento, realizada no auditório do CNJ, em Brasília, no dia 13 de dezembro de 2016, teve a presença da Secretária Especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, da Presidente do CNJ, Ministra Carmen Lúcia, do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Cidadania, José Levi Mello do Amaral Júnior, de Secretário Executivo do Ministério do Trabalho, Antonio Correia de Almeida, do Vice Procurador Geral da República, José Bonifácio Borges de Andrada, do presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos – Corte IDH, Roberto Caldas, e de representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Organização Internacional do Trabalho. Na ocasião, o Pacto foi assinado por representantes de Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins.

O Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo propõe-se a produzir três resultados principais. O primeiro é fortalecer a institucionalização da política de combate ao trabalho escravo, através da formação e legitimidade das comissões e conselhos estaduais e municipais. A segunda é a disseminação e o fortalecimento dessas políticas em nível estadual. O terceiro é o fomento do federalismo de cooperação, já que estas responsabilidades devem ser compartilhadas no que se refere a esta temática.

➤ **I Seminário Nacional de Controle Social e Políticas Públicas LGBT**

Realizado em 21 de setembro de 2016, em Brasília, o I Seminário Nacional de Controle Social e Políticas Públicas LGBT celebrou os quinze anos do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, vinculado à SEDH. O CNCD/LGBT é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, composto por 30 integrantes do Governo Federal e da sociedade civil, abarcando a pluralidade de redes, segmentos, agendas e demandas da população LGBT.

O combate à violência e à discriminação e a promoção dos direitos das pessoas LGBT, identificando desafios, obstáculos e impulsionando agendas fundamentais e transformadoras no plano das políticas públicas, das legislações e dos marcos jurisprudenciais, foram ressaltados pela como atividade fundamental realizada pelo CNCD/LGBT. Nesse sentido, a programação do seminário incluiu o histórico dos quinze anos de atuação do CNCD/LGBT, o debate sobre os desafios para a promoção e defesa dos direitos humanos da população LGBT e a discussão sobre o enfrentamento à

violência contra a população LGBT no Brasil, tratando do cenário, dos desafios, das propostas e das estratégias a esse respeito.

Participaram da mesa de abertura o Secretário Adjunto de Direitos Humanos, Embaixador Silvio Albuquerque, o representante do UNFPA no Brasil, Jaime Nadal, a representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, e os representantes da Sociedade Civil na mesa diretora do CNCD/LGBT, Zezinho do Prado, Tathiane Araújo e Roselaine Dias. O Seminário propiciou ademais, que o Diretor de País do PNUD no Brasil, Didier Trebucq, expusesse o novo programa de cooperação do PNUD com o Brasil para o período de 2017 a 2021, que prioriza uma agenda de trabalho específica para a população LGBT, na promoção de paz e garantia de direitos e do desenvolvimento sustentável.

➤ **Audiências Públicas do Grupo de Trabalho Perus e do Grupo de Trabalho Araguaia**

A SEDH participou e apoiou a realização de audiências públicas promovidas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos no âmbito das políticas públicas de Memória e Verdade conduzidas pela Secretaria.

Audiência pública realizada em 28 de novembro de 2016, no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, contou com a participação da Secretária Especial de Direitos Humanos e debateu o andamento do Grupo de Trabalho Perus - GT Perus, criado em 2014. Composto pela SEDH, pela Unifesp e pela Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, o GT Perus coordena uma equipe multidisciplinar responsável pela investigação, análise e identificação dos restos mortais encontrados em 1990 na vala comum do Cemitério Público Municipal de Perus, no município de São Paulo. A suspeita é de que as ossadas sejam de pessoas desaparecidas durante o período da ditadura militar no Brasil.

As atividades de busca dos desaparecidos políticos na região da Guerrilha do Araguaia, conduzidas por meio do Grupo de Trabalho Araguaia, foram tratadas em audiência pública realizada em Marabá, no Estado do Pará, no dia 2 de dezembro de 2016. Composto pela SEDH, pelo MJC e pelo Ministério da Defesa, o GT Araguaia já promoveu diversas buscas na região, com o objetivo de dar cumprimento tanto à sentença judicial proferida pela 1ª Vara Federal de Brasília, quanto à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund, na qual o Brasil foi condenado a localizar os restos mortais de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia para entrega a seus familiares.

➤ **Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas - PROVITA e Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH**

Instrumento fundamental da política de defesa dos Direitos Humanos, os programas de proteção tiveram sua continuidade assegurada no 2º semestre de 2016, com a regularização de pagamentos anteriormente pendentes.

O Sistema de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas está formado atualmente por 14 Programas Estaduais, nos seguintes estados: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Programa Federal, que atende às

unidades federativas que não possuem programa (ou seja, Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins).

Conforme a Lei nº 9.807/1999, que cria o PROVITA, e o Decreto nº 3.518/2000, que o regulamenta, o Sistema de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas tem o objetivo de oferecer proteção especial a vítimas e testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal e que não tenham suas integridades físicas e psicológicas protegidas por outros meios de proteção. O PROVITA se diferencia no mundo por ter a reinserção social dos seus usuários como uma meta a ser alcançada desde o seu ingresso, já que se compreende que a autonomia e independência financeira das pessoas protegidas aceleram seus processos de saídas dos programas.

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PPDDH está presente em todas as 27 Unidades da Federação, sendo que cinco Estados – Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco e Maranhão - possuem equipe técnicas e Programas Estaduais, devido às parcerias formalizadas entre a SEDH e os governos estaduais. As demais unidades da federação são atendidas por uma equipe técnica federal. As bases da Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos foram instituídas pelo Decreto nº 6.044/2007 e aperfeiçoadas por meio do Decreto nº 8.724/2016.

As medidas protetivas são articuladas pelo PPDDH para garantir que o defensor permaneça em seu local de atuação e compreendem: visitas *in loco* no local de atuação do defensor para análise preliminar do caso e da ameaça; realização de audiências públicas de solução de conflitos; divulgação da atividade do defensor e do Programa; articulação com órgãos envolvidos na solução das ameaças; acompanhamento das investigações e denúncias; monitoramento por meio de visitas periódicas no local de atuação do defensor para verificar a permanência do risco e a situação de ameaça; retirada provisória do defensor do seu local de atuação, em casos excepcionais e emergenciais; articulação com as forças de segurança dos estados para proteção policial em casos de grave risco e vulnerabilidade.

A SEDH instituiu, no segundo semestre de 2016, grupo de trabalho encarregado de refletir sobre o aperfeiçoamento dos Programas de Proteção, buscando organizar a programação orçamentária e financeira e propor a parametrização de serviços e pagamentos nos planos de trabalho dos convênios correspondentes, evitando-se, assim, a descontinuidade das ações de proteção aos usuários. Paralelamente, o Conselho Nacional de Direitos Humanos propôs a criação de um grupo de trabalho com vistas a debater os modelos dos Programas de Proteção, aproveitando-se a pluralidade daquele espaço, que permite a participação da sociedade civil neste processo.

➤ **Seminário Nacional de Equipes Técnicas PROVITA 2016**

A SEDH realizou, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2016, o Seminário Nacional de Equipes Técnicas do PROVITA, com a participação de todos os técnicos que atuam nos programas de proteção estaduais e Federal. O Seminário teve a finalidade de proporcionar espaços de diálogo sobre temas que afetam diretamente a proteção de pessoas ameaçadas no Brasil, como a alteração de nome no Registro Civil, o uso de novas tecnologias pelos usuários e profissionais, bem como as novas exigências no cuidado com as testemunhas enviadas para proteção, visto que parte significativa possui

conhecimento dos crimes denunciados em decorrência de sua própria participação em tais feitos.

O Seminário permitiu o debate e a coleta de subsídios voltados ao aperfeiçoamento do Programa. As sugestões trazidas serão compartilhadas com o Fórum Nacional de Entidades Gestoras – FNEG, para, após sistematização, serem encaminhadas à SEDH para análise e providências.

➤ **Kits de equipagem para conselhos de promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas, para todos os Estados e suas capitais**

A SEDH adquiriu, em novembro de 2016, por meio de procedimento licitatório e utilizando recursos do Fundo Nacional do Idoso – FNI, kits de equipagem para Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas, contemplando todos os Conselhos Estaduais e o do Distrito Federal, bem como os Conselhos Municipais das capitais de Estado, totalizando 53 entes federados beneficiados.

Visando à melhoria da infraestrutura dos Conselhos, o projeto de equipagem prevê a doação de 1 (um) veículo automotivo, zero km, tipo Station Wagon/SW, e ainda, 03 (três) mesas/estações de trabalho; 03 (três) cadeiras para serem utilizadas nas mesas/estações de trabalho; 02 (duas) longarinas executivas com 3 lugares para a recepção; 01 (uma) mesa de reunião oval/redonda com capacidade mínima para 6 pessoas; 06 (seis) cadeiras para serem utilizadas nas mesas de reunião; 02 (dois) armários alto para escritório; 01 (um) bebedouro elétrico (com galão); 03 computadores; 03 (três) webcam; 01 impressora multifuncional; 01 TV led múltiplas funções.

➤ **Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável**

Em 07 de novembro de 2016, a SEDH firmou Carta Acordo no valor de R\$ 843.717,80, no âmbito de Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, tendo como beneficiário o Centro Nacional de Defesa dos Direitos para a População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável (CNDDH), gerido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Esse acordo tem como objeto a ampliação e a capacitação da rede de promoção e defesa dos direitos da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis. A manutenção do funcionamento do CNDDH está prevista na Política Nacional para a População de Rua (Decreto nº 7053/09) e, entre seus objetivos, destacam-se a prevenção e o combate a atos de violência, a promoção de ações educativas e atividades de formação, a produção, sistematização e divulgação de conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua e catadores de material reciclável e seus direitos. Dentre os parceiros para a execução dessa iniciativa destacam-se a CNBB, a Pastoral Nacional do Povo da Rua, o Ministério Público de Minas Gerais, o Movimento Nacional da População de Rua e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

➤ **Seminário sobre Estado Laico, Intolerância e Diversidade Religiosa**

Parte da estratégia que também culminou com a reinstalação do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, o Seminário sobre Estado Laico, Intolerância e

Diversidade Religiosa foi promovido no dia 1º de dezembro de 201, em São Paulo, em parceria com Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

A SEDH é responsável pelo planejamento e articulação de políticas voltadas para a defesa e a promoção da liberdade religiosa no Brasil e pelo enfrentamento do desrespeito e da intolerância religiosa e pela promoção da laicidade do Estado. Casos de intolerância e violência religiosa têm sido cada vez mais recorrentes no cotidiano da sociedade brasileira, impondo um relevante desafio aos gestores públicos e à sociedade em geral. Nesse contexto, a realização desse seminário buscou oferecer uma oportunidade para a reflexão e a definição de estratégias para um enfrentamento mais qualificado a este problema, visando à disseminação de uma cultura de paz, democracia e direitos humanos.

A Conferência principal, intitulada “Desafios da laicidade no mundo contemporâneo”, foi proferida pelo Dr. Celso Lafer, membro da Academia Brasileira de Letras, Professor Emérito da Universidade de São Paulo e ex-Ministro das Relações Exteriores. O seminário contou, ainda, com a participação de lideranças religiosas, parlamentares, juristas e membros do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa da SEDH. Foram realizados três painéis, que reuniram pesquisadores e especialistas de diferentes áreas do conhecimento e oriundos das diversas regiões brasileiras. No primeiro painel foram apresentados e discutidos os dados de pesquisa desenvolvida pela SEDH e que teve como objetivo mapear e identificar casos de intolerância e violência religiosa ocorridos no Brasil entre 2011 e 2015, a partir da análise de dados obtidos junto às Ouvidorias, mídia impressa e processos judiciais. Os demais painéis discutiram a temática da liberdade religiosa e os desafios e perspectivas para o Estado Laico no Brasil.

➤ **Funcionamento dos colegiados**

Entre junho e dezembro de 2016, os colegiados vinculados à SEDH receberam o apoio institucional da Secretaria para seu regular funcionamento, inclusive no tocante à realização de reuniões por meio da emissão de diárias e passagens com recursos da SEDH.

Vários colegiados passaram por eleições no período relatado, com a constituição das respectivas comissões eleitorais e a publicação de editais de convocação de organizações da sociedade civil. Dessa forma, em novembro de 2016, o Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH definiu as nove organizações da sociedade civil com assento titular e as nove suplentes com mandato no biênio 2017-2018. Igualmente, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI elegeu, em setembro, e empossou, em outubro, catorze entidades da sociedade civil organizada para a gestão 2016-2018. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT, por sua vez, passou, em setembro, por processo eleitoral interno de sua Mesa Diretora. No que se refere ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – CNPCT, a designação dos membros para o biênio 2016-2018 ocorreu por meio de Decreto de 22 de dezembro de 2016.

A agenda cumprida no âmbito dos colegiados no período relatado pode ser vista na tabela seguinte:

ÁREA	PERÍODO	AGENDA
Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH	09 e 10/06/2016	17ª Reunião Ordinária do CNDH
	16 e 17/06/2016	Audiência Pública sobre Direito à Cidade no Rio de Janeiro no contexto das Olimpíadas
	05/07/2016	4ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários
	06/07/2016	1ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada 2ª Reuniões da: <ul style="list-style-type: none"> • Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação Privação de Liberdade • Comissão Permanente Direito à Cidade
	07 e 08/07/2016	18ª Reunião Ordinária do CNDH
	08/08/2016	2ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada
	09/08/2016	5ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua
	10/08/2016	<ul style="list-style-type: none"> • 3ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Segurança Pública • 4ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais
	11 e 12/08/2016	19ª Reunião Ordinária do CNDH
	12/09/2016	3ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada
	13/09/2016	3ª Reunião da Comissão Permanente Direito à Cidade
	14/09/2016	5ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários 3ª Reuniões da: <ul style="list-style-type: none"> • Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação Privação de Liberdade • Comissão Permanente de Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão
	15 e 16/09/2016	20ª Reunião Ordinária do CNDH
	09 a 13/10/2016	Missão do Grupo de Trabalho sobre população atingida pela implementação da UHE Belo Monte (GT Belo Monte)
	13/10/2016	Reunião do Grupo de Trabalho do Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará com o Governador do Estado do Ceará, em Fortaleza
17/10/2016	6ª Reunião da Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua	

	18/10/2016	4ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada
	19/10/2016	<ul style="list-style-type: none"> • 4ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Segurança Pública • 5ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais
	20/10/2016	1ª Reunião Ampliada do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com os Conselhos Estaduais e Distrital de Direitos Humanos
	21/10/2016	21ª Reunião Ordinária do CNDH
	08/11/2016	Audiência do Grupo de Trabalho Defensores de Direitos Humanos ameaçados em Rondônia (GT Rondônia) com a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
	16/11/2016	<ul style="list-style-type: none"> • 4ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação Privação de Liberdade • 6ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários
	17 e 18/11/2016	22ª Reunião Ordinária do CNDH
	24 e 25/11/2016	Missão do Grupo de Trabalho do Sistema Socioeducativo do Estado de Pernambuco
	15 e 16/12/2016	23ª Reunião Ordinária do CNDH
Conselho Nacional dos Direitos do Idoso-CNDI	18 e 19/07/2016	Reuniões das Comissões Permanentes do CNDI: - Comissão de Políticas Públicas - Comissão de Orçamento e Finanças - Comissão de Normas - Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social - Comissão de Gestão do Fundo Nacional do Idoso
	20/07/2016	82ª Reunião Ordinária do CNDI
	05/09/2016	Reuniões das Comissões Permanentes do CNDI: - Comissão de Políticas Públicas - Comissão de Orçamento e Finanças - Comissão de Normas - Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social - Comissão de Gestão do Fundo Nacional do Idoso
	06/09/2016	83ª Reunião Ordinária do CNDI
	24/10/2016	Reuniões das Comissões Permanentes do CNDI: - Comissão de Políticas Públicas - Comissão de Orçamento e Finanças

		- Comissão de Normas - Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social - Comissão de Gestão do Fundo Nacional do Idoso
	25/10/2016	84ª Reunião Ordinária do CNDI
	26/10/2016	84ª Reunião Ordinária – Posse dos novos Conselheiros do CNDI biênio 2016/2018
	07/12/2016	Reuniões das Comissões Permanentes do CNDI: - Comissão de Políticas Públicas - Comissão de Orçamento e Finanças - Comissão de Normas - Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social - Comissão de Gestão do Fundo Nacional do Idoso
	08/12/2016	85ª Reunião Ordinária do CNDI
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT	29 a 30/06/2016	33ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT
	30/06/2016	27ª Reuniões Ordinárias da: • Câmara Técnica Permanente de Normas e Legislação • Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção, e Combate à Violência contra a população LGBT • Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT
	06/09/2016	Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT
	19 a 23/09/2016	34ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT
	21/09/2016	I Seminário Nacional de Controle Social e Políticas Públicas LGBT
	21/09/2016	Reuniões Extraordinárias da: • Câmara Técnica Permanente de Normas e Legislação • Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção, e Combate à Violência contra a população LGBT • Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT
	22/09/2016	28ª Reuniões Ordinárias da: • Câmara Técnica Permanente de Normas e Legislação • Câmara Técnica Permanente de

	<p>Monitoramento, Prevenção, e Combate à Violência contra a população LGBT</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT
24 a 26/10/2016	35ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT
24/10/2016	<p>Reuniões Extraordinárias da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara Técnica Permanente de Normas e Legislação • Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção, e Combate à Violência contra a população LGBT • Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT
25/10/2016	<p>29ª Reuniões Ordinárias da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara Técnica Permanente de Normas e Legislação • Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção, e Combate à Violência contra a população LGBT • Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT
05/12/2016	<p>Reuniões Extraordinárias da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara Técnica Permanente de Normas e Legislação • Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção, e Combate à Violência contra a população LGBT • Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT
06/12/2016	<p>30ª Reuniões Ordinárias da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara Técnica Permanente de Normas e Legislação • Câmara Técnica Permanente de Monitoramento, Prevenção, e Combate à Violência contra a população LGBT • Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT
08/12/2016	Reunião Extraordinária da Câmara Técnica

		Permanente de Monitoramento, Prevenção, e Combate à Violência contra a população LGBT
Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE	28/07/2016	Reunião Ordinária
	15/09/2016	Reunião Ordinária
	11/11/2016	Reunião Ordinária
Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos	28 a 30/08/2016	2ª Reunião Ordinária
	28 a 30/11/2016	3ª Reunião Ordinária
Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa	30 e 31/08/2016	7ª Reunião Ordinária
	1 e 2/12/2016	8ª Reunião Ordinária
Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua - CIAMP RUA	27 a 28/07/16	Reunião Ordinária
	9 a 10/11/2016	Reunião Ordinária
Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	16 a 27/08/16	Visita prisional em Porto Velho
	29/08 a 03/09/2016	Visita prisional em João Pessoa
	16 a 27/08/2016	Visita prisional em Porto Velho
	11 a 24/09/2016	Visita prisional em Campo Grande
	25 a 27/09/2016	Visita prisional em São Paulo
	14 a 16/09/2016	Visita prisional em Fortaleza
	03 a 04/11/2016	Visita prisional em Campo Grande
	27 a 28/11/2016	Visita prisional em São Paulo

➤ **Atuação internacional na área de Direitos Humanos**

No que se refere à atuação internacional no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU, a SEDH desempenhou ações de articulação para promoção da candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos – CDH, que culminaram, em 28 de outubro de 2016, com a eleição do país para novo mandato de três anos (2017-2019) no órgão.

A Secretária Especial de Direitos Humanos participou das 32ª e 33ª sessões do CDH, ocorridas em junho e setembro de 2016. Além disso, a SEDH também subsidiou a delegação brasileira em sua intervenção durante a 32ª Sessão do CDH, em 16 e 17 de junho de 2016, em diálogo interativo com o Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos. Na ocasião, foi apresentado o relatório sobre a visita do GT sobre Empresas e Direitos Humanos ao Brasil, entre 7 a 16 de dezembro de 2015, bem como o informe temático a respeito de empresas estatais e o dever do Estado no que se refere à implementação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Em relação à apresentação de relatórios periódicos sobre a situação de direitos humanos no âmbito da ONU, ressalte-se que a minuta do III Relatório Brasileiro ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do CDH passou por processo de consulta pública na página eletrônica da SEDH, entre outubro e dezembro, e por Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2016, e encontra-se em processo de redação final, para tradução e entrega à CDH. A respeito de outros relatórios, a SEDH constituiu grupo de trabalho com vistas à progressiva redução do passivo encontrado em junho de 2016.

No que tange ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a SEDH seguiu trabalhando na articulação dos atores brasileiros envolvidos nos desdobramentos das recomendações e decisões advindas desse Sistema. No segundo semestre de 2016, destaca-se, ademais, a participação da SEDH durante o 159º Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, em 5 e 6 de dezembro, no Panamá, em três audiências públicas (Educação em Direitos Humanos no Brasil; 111 mortos na Casa de Detenção Carandiru; e Direitos Humanos e Reforma Legislativa no Brasil) e em reunião de trabalho sobre a medida cautelar MC-60-15 (Hum mil adolescentes internados no Estado do Ceará). Ressalta-se, ainda, a atuação da SEDH como agente de Estado em quatro casos contenciosos do Estado brasileiro em fase de contestação (Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil; Cosme Rosa Genoveva e Outros vs. Brasil; Povo Xucuru vs. Brasil; e Vladimir Herzog e Outros vs. Brasil) e três medidas provisórias (Complexo Prisional do Curado; UNIS; e Complexo Prisional de Pedrinhas) ante a Corte IDH.

A SEDH também organizou a visita do Comissário Francisco Eguiguren Praeli, Relator para o Brasil e para os Direitos das Pessoas LGBT da Comissão Interamericana de Direitos Humanos na última semana de outubro e primeira semana de novembro, com agendas com autoridades do Governo Federal em Brasília e dos Governos dos Estados da Bahia e de Minas Gerais.

A SEDH elaborou o texto do Informe do Estado Brasileiro referente ao Primeiro Agrupamento de Direitos do Protocolo de San Salvador – Seguridade Social, Saúde e Educação, o qual passou por processo de consulta pública na página eletrônica da SEDH.

Em relação à atuação no âmbito do Mercosul no período abrangido pelo presente relatório, a SEDH participou de duas reuniões do Conselho de Representantes Governamentais do IPPDH que discutiram iniciativas acerca das Diretrizes do Mercosul em Educação em Direitos Humanos e da criação de um sistema de indicadores de direitos humanos para o Mercosul. Além disso, a SEDH enviou representante para o IV Consulta Pública do Fórum de Participação Social do IPPDH, com intuito de debater propostas regionais da sociedade civil para Educação e Cultura em Direitos Humanos no bloco.

No âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, a SEDH contribuiu, ao longo do mês de outubro de 2016, com a elaboração do Plano de Ação referente à Presidência Pro Tempore do Brasil (2017-2019), inserindo a temática de promoção e defesa dos Direitos Humanos no rol de ações a serem desenvolvidas na CPLP durante o período.

Em cooperação com a União Europeia, a SEDH tem impulsionado o tema de Empresas e Direitos Humanos, com a promoção de reuniões, participação em seminários, coleta de subsídios e realização de consultas para ações, que envolverão a futura elaboração de uma estratégia nacional nessa temática.

Perspectivas para 2017

Com vistas à implementação no ano de 2017, a SEDH tem se engajado na formulação das seguintes políticas públicas:

- Lançamento do Observatório de Boas Práticas em Direitos Humanos, em uma plataforma online que permitirá a replicação das boas práticas observadas em Estados, Municípios, Organizações da Sociedade Civil e Empresas;
- Assinatura de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para fortalecimento das ações de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, com destaque para as populações mais vulneráveis, como ribeirinhos, indígenas, quilombolas, moradores das áreas de fronteira, população em situação de rua, pessoas em privação de liberdade;
- Formulação e lançamento de um Pacto Nacional da Educação Básica pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos em parceria com o Ministério da Educação (MEC);
- Lançamento de edital de projetos para organizações da sociedade civil, estados e municípios visando à promoção e defesa de direitos das pessoas idosas;
- Realização de mais uma edição da Mostra de Cinema e Direitos Humanos;
- Formulação e lançamento de um Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia;
- Aprimoramento da Ouvidoria Nacional em Direitos Humanos – Disque 100 e aplicativos móveis;
- Reinstalação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), lançamento da Declaração de Adesão ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura para órgãos públicos e ONGs e lançamento do Pacto Nacional Contra Tortura para intensificação de ações na área;
- Realização de um Seminário Internacional sobre a Laicidade Estatal e Diversidade Religiosa, com a participação do Relator Especial da Organização das Nações Unidas sobre Liberdade Religiosa e de Crença;
- Proposição de parametrização de procedimentos em relação aos Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas de forma a dar mais celeridade na organização e análise de convênios e termos de colaboração;
- Acompanhamento do Pacto Federativo para a Erradicação do Trabalho Escravo, em especial na organização do Observatório de Trabalho Escravo, e construção do novo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo;
- Intensificação da parceria com o Judiciário, em especial com o STF e CNJ.

No âmbito do Poder Legislativo, a SEDH buscará incidir com vistas a alcançar os seguintes resultados:

- A criminalização da LGBTfobia;
- A manutenção do conceito de Trabalho Escravo vigente;
- A instituição em lei da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

- A promoção de parâmetros nacionais e internacionais de garantia dos direitos humanos no âmbito da elaboração legislativa e a adequação das proposições em desconformidade com tais parâmetros, como, por exemplo, os Projetos de Lei conhecidos como o “Estatuto da Família” e o “Escola Sem Partido”.

Tendo ciência dos grandes e diversos desafios referentes à garantia e à efetividade dos Direitos Humanos no Brasil, os esforços da SEDH estão focados na construção de uma cultura de afirmação e promoção de direitos, com a eliminação do preconceito e da discriminação, no marco de uma sociedade aberta, pluralista, democrática, radicada na prevalência da dignidade humana. Nesse ensejo, com trabalho e esperança, as ações da SEDH buscarão trilhar um caminho positivo em direção ao futuro, sempre prezando para que as populações mais vulneráveis tenham voz e instrumentos de emancipação.